

Coluna do Castelo

O Congresso afirma-se como poder autônomo

A semana que hoje acaba foi do Congresso. As lideranças que constituem o núcleo da instituição definiram sua prerrogativa de intervir nas medidas provisórias do presidente e de modificá-las segundo seus próprios critérios. PMDB,



PFL, PSDB, PTB e PL são os cinco partidos de centro que se associaram na iniciativa e, embora não tenham se ajustado quanto a pormenores, advertiram que pretendem alterar as normas sobre saques na poupança, alcance de salários e liberação de recursos das empresas para pagar a seus empregados. Embora prossigam negociações com o governo, ficou-se sabendo que a intangibilidade do Plano Brasil Novo está afastada e sua flexibilidade não depende mais da ministra Zélia mas do Congresso, poder autônomo.

O presidente Fernando Collor até aqui, e para surpresa dos seus adversários, tem se comportado com suavidade diante das restrições levantadas no Congresso às medidas que consubstanciam seu plano de governo. Na medida, porém, em que a atitude dos parlamentares configurar uma alteração de fundo das medidas provisórias, afetando a essência do plano, é previsível que o presidente da República volte aos meios de comunicação de massa para pelo menos definir responsabilidades e deixar claro que o combate à inflação e o emagrecimento do aparelho do Estado não se fazem com eficiência devido a resistências instaladas no Congresso Nacional. Isso não ocorrerá antes da proximidade da votação. Mas dificilmente haverá, depois da próxima, outra semana em que isso possa ser feito utilmente.

O presidente Fernando Collor está de certo modo pagando um preço pela limitada qualificação e a escassa experiência das suas lideranças políticas, escolhidas em quadros pouco visíveis. No Congresso os honrados líderes José Inácio e Renan Calheiros enfrentam em desigualdade de condições um numeroso conjunto sob o comando de um líder experiente, vivido e sagaz como Ulysses Guimarães e de um parlamentar arguto como o senador Fernando Henrique Cardoso. O miolo do Congresso está articulado. Alertados para o que significaria de desprestígio suplementar se cedessem em tudo ao Poder Executivo e à opressão tecnocrática dos economistas recrutados numa faixa ideologicamente escura ou descomprometida, Câmara e Senado desejaram-se a afirmar sua autonomia, sua independência e sua faculdade de intervir e partilhar da definição das políticas de governo.

O déficit político ostenta-se também na equipe que constitui o primeiro escalão do governo. Collor confiou, por exemplo, na competência e na vigilância do seu ministro da Justiça, que lhe pareceu conhecer a Constituição, da qual foi relator, melhor do que ninguém. Bernardo Cabral não precisava ter sido o redator das medidas da ministra da Economia para se escusar de alertar o chefe do governo para uma inconstitucionalidade que se mostraria aos demais juristas flagrante e clara. O ministro da Justiça, a quem se entregou também o Ministério da Agricultura, está prestigiado pelo presidente, não a ponto, porém, de tranquilizar o seu próprio chefe de gabinete, que parece ter verificado ser pequeno o cacife de Cabral para comprometer-se a viver com ele pelos próximos cinco anos. Preferiu emigrar para a oposição e disputar uma cadeira de deputado pelo PSDB.

Também o episódio da saída do ministro Joaquim Roriz não ficou de fácil legibilidade. Acreditando, ao que se diz por indução do mesmo Cabral, na inelegibilidade do aspirante a ser o primeiro governador eleito de Brasília, o presidente teria considerado útil tê-lo ao seu lado para sinalizar a posição do governo e ajudá-lo a manter o domínio político da capital. Uma vez consumada sua nomeação não se entende por que lhe foi dada demissão. Antes de entrar no ministério, Roriz poderia ter tentado a candidatura a governador e, se recusado, certamente seria candidato a senador liderando a campanha eleitoral que asseguraria a vitória de uma chapa de resistência ao PT e ao PDT. Ele agora vai fazer isso, mas sem outro proveito além de ter recebido no ministério o carimbo da sua *collorização*.

São esses os ossos do ofício de governar, tão árduo, segundo Machado de Assis, que mais difícil seria somente dizer a idade exata de Dona Benedita. Mas o presidente apenas começa e está em tempo de aprender. Aprender inclusive que um presidente não nomeia ministros por cinco anos mas apenas pelo tempo de verificar o erro da nomeação. Nos próximos dias Fernando Collor vai travar sua primeira grande batalha, para defender e preservar a liquidez do plano da ministra Zélia Cardoso de Mello e dos seus heróis levantinos, turcos e armênios. Estão em causa os saques das poupanças, a sacralidade dos salários, as corporações das empresas públicas e a indestrutibilidade do aparelho burocrático. Por falar nisso, a partir do dia 3 é proibido por lei nomear e demitir. Quem não for demitido até lá, terá mais seis meses de emprego certo.

A geração de Brasília

O empresário Paulo Otávio, que retirou sua candidatura a governador de Brasília, disputará uma cadeira na Câmara federal certo de que a próxima eleição oferecerá uma surpresa: a ascensão de uma nova geração de políticos nascidos ou criados na capital.

Carlos Castello Branco